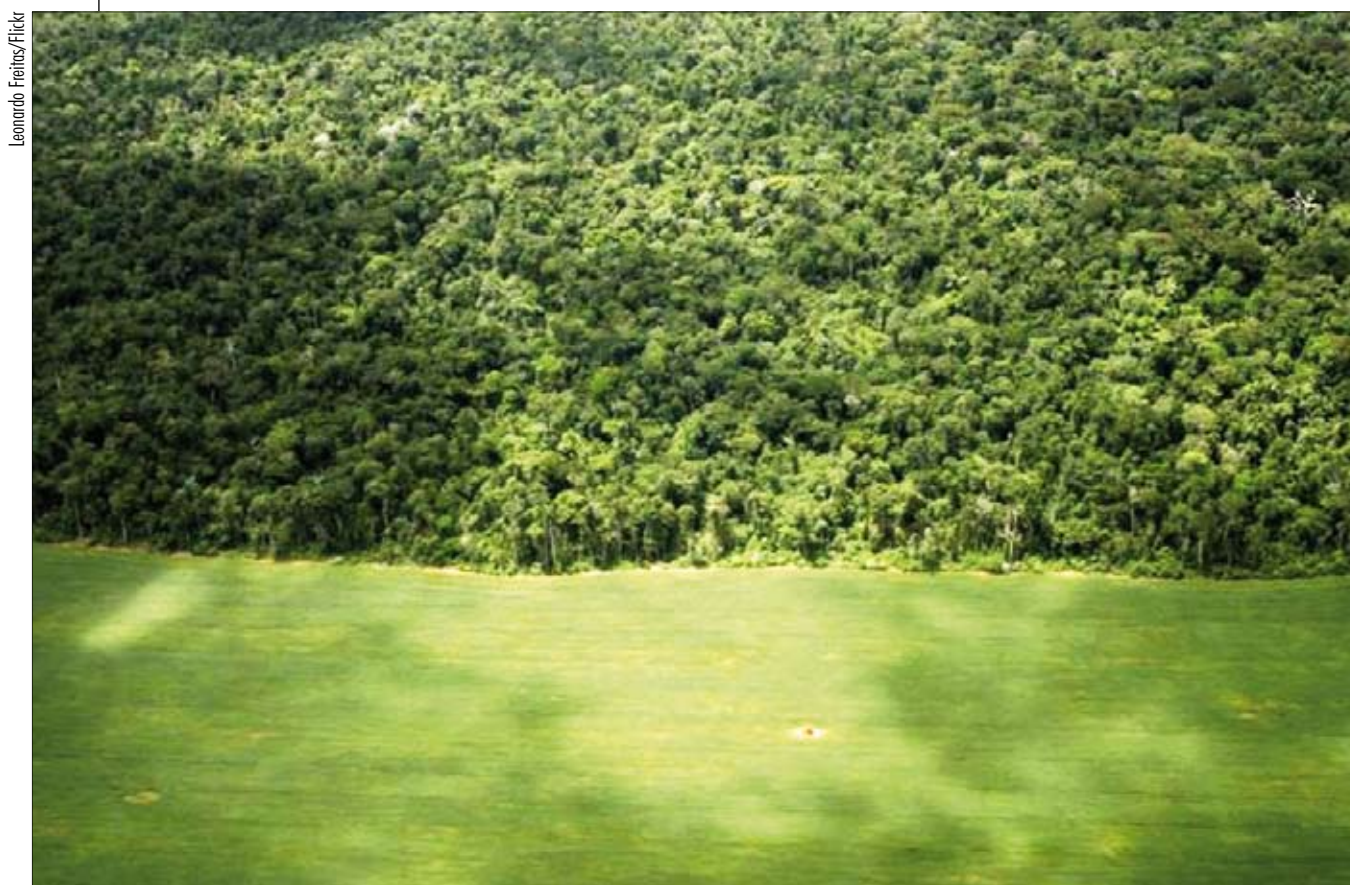


Ministros do Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos deverão ser ouvidos neste ano por senadores que acompanharam operação da Polícia Federal e do Ibama para combater derrubada da floresta

Comissões do Senado debatem o desmatamento na Amazônia



Leonardo Feijó/Flickr

Comissões temporárias criadas em 2008 para examinar temas relacionados ao desmatamento da Amazônia continuarão funcionando neste ano, quando devem ser votados relatórios com a conclusão dos trabalhos. Uma delas visitou municípios atingidos pela Operação Arco de Fogo, da Polícia Federal e do Ibama, de combate à derrubada da floresta. Dezenas de proprietários foram multados durante a ação, que também está sendo examinada por subcomissão temporária que deverá ouvir os ministros Carlos Minc, do Meio Ambiente, e Mangabeira Unger, de Assuntos Estratégicos. **3**

Corte de árvores na Floresta Amazônica: segundo o Inpe, entre agosto de 2007 e agosto de 2008 foram devastados mais de 11 mil quilômetros quadrados

PEC dá poder a tribunal para cassar magistrado

Proposta de emenda constitucional de Tião Viana permite ao tribunal respectivo decretar a perda de cargo de juiz que receber recursos indevidamente, com a finalidade de influenciar suas

decisões judiciais.

O senador argumenta em defesa da matéria que a sociedade não pode aceitar que a aposentadoria seja a punição máxima aplicada ao juiz que obter dinheiro espúrio. **2**

Pós-graduação poderá ter crédito educativo

Medida, proposta pelo senador João Tenório, substituiria em parte o sistema de bolsa de estudos. **4**

PMDB apóia candidatura de Garibaldi, diz Renan

O senador Renan Calheiros, que deverá assumir a liderança do PMDB, afirmou que a candidatura do senador Garibaldi Alves à Presidência da Casa tem o apoio do partido. Somente um obstáculo consti-

tucional, disse, impedirá a candidatura. A afirmação ocorreu durante o 3º Fórum de Integração do Legislativo, promovido pelo Programa Interlegis, do Senado, na cidade de Maceió. **3**

Senado deverá votar indicações presidenciais

Os deputados aprovaram projeto de Pedro Simon que obriga o Executivo a submeter à aprovação do Senado os nomes de indicados pelo presidente da República para representar o Brasil em organismos internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. **3**

Uso de biocombustíveis na aviação

Projeto de Osmar Dias propõe o uso em larga escala do álcool combustível e do biodiesel na aviação comercial, sobretudo na aviação agrícola. O objetivo da proposta – que deverá ser votada ainda neste semestre

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – é diminuir os custos de operação de aeronaves convertidas, permitindo que operem sem prévia homologação da Aeronáutica. **2**



Flickr

Proposta que estimula diversificação de combustíveis na aviação comercial brasileira já foi examinada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Tião Viana argumenta que a sociedade brasileira não pode admitir que a aposentadoria seja a punição máxima a ser aplicada ao magistrado que recebe recursos indevidamente

Tribunal deverá ter poderes para decretar a perda de cargo de juiz

PROPOSTA DE EMENDA constitucional (PEC) de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) permite ao tribunal respectivo decretar, por dois terços, a perda do cargo do magistrado que receber valores indevidos, com a finalidade de influenciar suas decisões.

– A sociedade não pode admitir que a punição máxima ao juiz que recebeu recursos espúrios, a ser aplicada em processo disciplinar, seja a aposentadoria por interesse público, que lhe garante, por longo tempo, o recebimento de subsídios proporcionais ao tempo de serviço não obstante as graves faltas cometidas – argumenta o parlamentar.

A proposta (PEC 42/07), que também prevê a cassação de aposentadoria,



Projeto de Tião Viana permite ainda cassação de aposentadoria

no caso de o magistrado, quando no exercício da função, haver recebido dinheiro indevidamente, aguarda deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tem como relatora a senadora Marina Silva (PT-AC).

Na justificção, Tião Viana explica

ainda que o juiz, ao decidir as mais diferentes demandas da sociedade, é a voz do Estado. Por isso, avalia, não é possível admitir que um magistrado atue arditosamente contra uma das partes, ou tenha suas decisões corrompidas e influenciadas pelo recebimento de valores indevidos.

Tião Viana também observa que as garantias do Poder Judiciário não podem servir de instrumento de impunidade de juízes que não honram a dignidade de suas elevadas atribuições.

O senador manifesta ainda a convicção de que a proposta de emenda constitucional de sua iniciativa “traz inadiável medida de preservação da moralidade e honradez do Poder Judiciário”.



Autor da proposta, Zambiasi lembra os riscos da profissão

Zambiasi defende adicional a vigilante de universidade federal

Vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica poderão passar a receber adicional na remuneração caso seja aprovado projeto de lei do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que cria o benefício por atividade de risco para a categoria. A proposta está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e já recebeu parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PTB-SP).

Como o aumento de remuneração é competência privativa do Poder Executivo, o relator, por meio de emenda, conferiu caráter autorizativo à proposta. Assim, o projeto autoriza a criação do benefício.

De acordo com a proposta (PLS 179/08), o percentual do adicional será definido por regulamento e ficará entre 50% e 100% do vencimento básico. Ainda segundo o texto, o benefício será cumulativo com as demais vantagens recebidas pelo trabalhador.

Violência

Zambiasi argumenta que o crescimento da criminalidade e da violência nas cidades brasileiras pode exigir do vigilante atuação em situações perigosas. O senador ressalta que, apesar de os vigilantes serem encarregados de manter a segurança de alunos, professores e funcionários nos campi universitários, a legislação não permite que eles detenham ou prendam infratores, ações que cabem à Polícia Militar. Esses profissionais, informa Zambiasi, não podem portar arma de fogo para cumprir sua atividade ou para segurança pessoal.

“Não se pode mais fechar os olhos para o fato de que os vigilantes de nossas universidades correm, diuturnamente, risco à sua integridade física, inclusive podendo pagar com a própria vida na luta por garantir a tranquilidade da comunidade universitária”, diz Sérgio Zambiasi.

O autor da matéria havia proposto a extensão do benefício aos aposentados da categoria. No entanto, Tuma apresentou emenda para retirar o dispositivo por entender que o adicional deve ser um direito de quem está no exercício de atividade de risco. Para o relator, os aposentados não podem ser enquadrados nessa condição.

Após ser votado na CE, o projeto de lei será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e em seguida, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Impostos sobre peças e componentes de aviões agrícolas que usam combustível não-fóssil poderão ser suspensos, conforme a proposta

Osmar Dias propõe o uso de biocombustíveis na aviação

O álcool combustível e o biodiesel poderão ser usados em larga escala na aviação comercial, em especial na aviação agrícola. É o que propõe projeto de lei do senador Osmar Dias (PDT-PR) que deverá ser votado ainda neste semestre, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo da proposta é diminuir os custos de operação de aeronaves usadas principalmente na agricultura.

O projeto (PLS 416/05) acrescenta

dispositivos ao Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) para permitir a entrada em operação, sem prévia homologação da Aeronáutica, de aeronaves com matrícula brasileira convertidas para combustíveis vegetais.

A proposição de Osmar Dias já foi examinada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O relator no colegiado, senador João Tenório (PSDB-AL), apresentou substitutivo que delega à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a atribuição de

fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias para a aviação civil, desde que privilegiem a preservação do meio ambiente, como o uso de combustíveis não-fósseis e renováveis.

No substitutivo, João Tenório também suspende o pagamento dos impostos de importação e sobre produtos industrializados incidentes sobre peças, componentes, ferramentas, insumos e matérias-primas usados em aviões agrícolas de combustível não-fóssil e de fonte renovável.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Volta ao Senado projeto sobre indicações

Os deputados aprovaram em dezembro projeto (PLS 50/95), apresentado há mais de 12 anos pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que obriga o Executivo a submeter à aprovação do Senado os indicados pelo presidente da República para representar o Brasil em organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Os deputados suprimiram um artigo da proposta, por considerá-lo inconstitucional. Com isso, ao invés de ser enviado à sanção, o projeto voltará ao exame dos senadores.

O artigo suprimido estabelecia um prazo para o Executivo regulamentar a lei, mas o deputado George Hilton (PP-MG), relator da matéria, ponderou que a exigência contraria decisão do Supremo Tribunal Federal.



Simon propõe submeter ao Senado nomes para organismos internacionais

Acesso a celulares para pessoas com deficiência

Para permitir que pessoas com deficiência auditiva ou de fala paguem menos ao se comunicarem por meio de mensagens de texto de celular, Flávio Arns (PT-PR) apresentou projeto que aguarda votação na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Ao defender a aprovação da matéria (PLS 238/08), o senador afirma que o uso das mensagens de texto (torpedos) tornou-se um recurso "extraordinariamente útil" para os portadores dessas deficiências, pois possibilitou a essas pessoas "comunicarem-se livremente, a qualquer tempo e em qualquer local". Mas ele argumenta que, para que tal inovação tecnológica realmente esteja acessível aos mais pobres, é necessária a oferta de planos específicos, de baixo custo, àqueles que usem exclusivamente os torpedos, como determina a proposta.



Projeto de Flávio Arns visa baratear a conta de quem utiliza torpedos

Futuro líder do PMDB afirma que atual presidente do Senado só não será candidato do partido para comandar a Casa a partir de fevereiro no caso de óbice constitucional. PT argumenta que a Carta Magna não permite reeleição ao cargo



Garibaldi Alves, entre os senadores Efraim e Renan (3º à esq.), fala em Maceió durante a abertura do 3º Fórum de Integração do Legislativo, promovido pelo Interlegis

Candidatura de Garibaldi tem o apoio de todo o PMDB, diz Renan

O SENADOR RENAN Calheiros (AL), que deverá assumir a liderança do PMDB em fevereiro, disse sexta-feira, em Maceió, que o senador Garibaldi Alves Filho (RN) conta com o apoio de todo o partido e só não será o candidato da legenda à Presidência do Senado se houver algum obstáculo constitucional.

– Desde o primeiro momento, isso ficou claro, absolutamente claro. Ele tem o apoio e o entusiasmo de todos nós. Se houver problema, não será jamais problema de ordem política, de falta de apoio. Será óbice

constitucional – afirmou.

Questionado sobre a possibilidade da candidatura de José Sarney (PMDB-AP) à Presidência da Casa, Renan disse que isso dependeria de haver impedimentos à candidatura do atual presidente, Garibaldi Alves.

– Se puder ser o Garibaldi, é o Garibaldi. Se não puder, o PMDB vai indicar outro, e dentre os nomes está o do senador José Sarney.

Contestação

O PT, partido que apóia a candidatura de Tião Viana (PT-AC)

ao comando do Senado, afirma que Garibaldi Alves não pode disputar o cargo, com o argumento de que a Constituição impede que o mesmo parlamentar presida instituição por dois mandatos consecutivos em uma mesma legislatura.

Por sua vez, Garibaldi sustenta, com base em pareceres elaborados por renomados juristas, que poderá disputar, porque foi eleito para completar o mandato de Renan Calheiros, que renunciou ao cargo em dezembro de 2007.

Renan e Garibaldi, além do

senador Efraim Morais (DEM-AL) participaram em Maceió do 3º Fórum de Integração do Legislativo, promovido pelo Programa Interlegis, do Senado Federal. Na abertura do evento, o presidente do Senado referiu-se a Renan como líder do PMDB, e comentou a perspectiva de continuar na direção da Casa.

– Minha condição de candidato me permite dizer que eu posso estar me despedindo, mas posso não estar – assinalou. E acrescentou, em tom de brincadeira: "Tudo vai depender de Renan Calheiros".

Debates sobre desmatamento da Amazônia continuam em 2009

O Regimento Interno do Senado prevê a criação de comissões temporárias internas e externas para discutir determinados assuntos ou verificar *in loco* alguma situação. Meio ambiente e reformas do regimento e do Código de Processo Penal foram as que se destacaram em 2008. Todas elas tiveram prazo prorrogado e ainda vigorarão em 2009. A elaboração de relatórios com as conclusões e sua votação também estão previstas.

A devastação da Amazônia, que entre agosto de 2007 e agosto de 2008 superou 11 mil km², segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e o mapa do desmatamento elaborado pelo órgão de pesquisa afetando 31 municípios das regiões Norte e Centro-Oeste, especialmente no Pará, Mato Grosso e Rondônia, motivaram o senador Jayme Campos (DEM-MT) a propor uma comissão especial externa, que visitou alguns dos municípios.

As ações da Operação Arco de Fogo – deflagrada pela Polícia Federal em parceria com

o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e que multou dezenas de proprietários rurais – também estão sendo analisadas. O assunto é pauta igualmente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia. Há um requerimento aprovado para ouvir o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, sobre o tema.

A transposição do rio São Francisco também está sendo analisada em comissão especial criada por iniciativa do senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

A reforma do Código de Processo Penal também é objeto de análise por uma comissão especial externa, instituída a requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Mudanças no Regimento Interno estão sendo estudadas por uma comissão especial temporária. Um dos objetivos é agilizar o trabalho da Casa.

PEC dos Vereadores foi foco dos debates em fórum do Interlegis

O impasse criado quando a Câmara dos Deputados se recusou a promulgar a proposta de emenda à Constituição que autoriza as câmaras municipais a aumentarem o número de vereadores foi um dos assuntos que mais despertaram dúvidas entre os vereadores presentes no 3º Fórum de Integração do Legislativo, promovido sexta-feira em Maceió pelo Programa Interlegis, do Senado.

O assunto da PEC 20/08 foi abordado pelo consultor do Senado Gustavo Pouce de Leon, que proferiu palestra sobre a autonomia dos municípios nas reformas da Constituição. Gustavo informou que o impasse deverá ser resolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que poderá determinar ou não à Câmara que assine a promulgação da PEC. A elaboração do Orçamento e a obtenção de recursos federais para os municípios foram o tema da palestra proferida pelo consultor do Senado Orlando de Sá Cavalcanti Neto.

A última palestra do fórum ficou a cargo de Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, advoga-

do-geral do Senado. Ele explicou aos vereadores e prefeitos presentes as regras definidas pela súmula do STF que regulamentou a proibição do nepotismo no serviço público. A abertura do fórum contou com a presença do presidente do Senado, Garibaldi Alves; do 1º secretário, Efraim Morais, e do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Também participaram o presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, deputado Fernando Toledo; o presidente da Câmara dos Vereadores de Maceió, Dudu Holanda; o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o consultor-geral do Senado, Bruno Dantas; e o diretor do Interlegis, Márcio Sampaio.

Garibaldi recomendou aos vereadores que se empenhem na fiscalização do trabalho dos prefeitos. Renan lembrou as iniciativas do Senado em prol dos municípios. Já Efraim Morais disse que estava se despedindo do cargo de presidente do Programa Interlegis, que deixará em 2 de fevereiro, quando se encerrar o seu mandato como 1º secretário do Senado.

Segundo projeto de Fátima Cleide, o SUS deverá assegurar à população o acesso gratuito à acupuntura "como opção de tratamento, prevenção e manutenção da saúde"



Técnica terapêutica estimula pontos do corpo, com a finalidade de promover e restaurar as funções de tecidos e órgãos

Proposta regulamenta o exercício da acupuntura

PROJETO QUE REGULAMENTA o exercício profissional da acupuntura tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto (PLS 480/03) – que também autoriza a criação do Conselho Federal de Acupuntura – é de autoria de Fátima Cleide (PT-RO) e aguarda o parecer do relator, Flávio Arns (PT-PR).

De acordo com a proposta, ficam habilitados para o exercício profissional os diplomados em acupuntura nos estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos; os diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação e registro do diploma nos órgãos competentes; os profissionais da área de saúde de nível superior, portadores de certificado de conclusão de curso de especialização em acupuntura, reconhecidos pelos respectivos conselhos e as pessoas com ensino médio completo que estejam exercendo, comprovada e efetivamente, à data da publicação da lei, as atividades de acupunturista.

Nesse último caso, o profis-



A técnica terapêutica tem eficácia comprovada, segundo Fátima Cleide

sional será considerado técnico em acupuntura e deverá exercer a atividade sob orientação de profissional habilitado por instituição de ensino superior.

O projeto também estabelece que o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá assegurar à população o acesso à acupuntura "como opção de tratamento, prevenção e manutenção da saúde".

Na justificativa, Fátima Cleide explica que a técnica terapêu-

tica da acupuntura surgiu há mais de 5 mil anos na China, e consiste na "estimulação de pontos do corpo humano e de animais, através de instrumentos apropriados, com a finalidade de promover e restaurar as funções dos tecidos e órgãos do paciente".

Filosofia oriental

O tratamento, geralmente, é feito por meio da aplicação de finas agulhas em pontos do corpo com base nos "princípios milenares da filosofia oriental".

A senadora diz ainda que vários trabalhos científicos já comprovaram a eficácia da acupuntura em problemas respiratórios, oftalmológicos, estomacais, gastrointestinais, neurológicos, músculo-esqueléticos, entre outros, inclusive na área de anestesia. Fátima Cleide também informa que o Brasil tem mais de 33 mil profissionais e 4,5 mil médicos formados em acupuntura, além de cerca de 40 faculdades que ensinam a técnica.

Benefício a responsável por pessoa com deficiência

Almeida Lima (PMDB-SE) propõe que os responsáveis por pessoas com deficiência mental que não recebam nenhum benefício previdenciário possam ter isenção parcial do Imposto de Renda. Para isso, o senador apresentou o PLS 346/03, que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer favorável da relatora, Patrícia Saboya (PDT-CE).

No projeto, Almeida Lima estabelece um limite mensal de isenção compatível com a "dese-

jada justiça social". A proposta modifica a Lei 8.687/93, que retira da incidência do Imposto de Renda benefícios percebidos por pessoas com deficiência mental e visa, segundo o senador, "atenuar as dificuldades financeiras das famílias que têm de prover as inúmeras necessidades inerentes ao tratamento doméstico da pessoa com deficiência mental, numa época em que os avanços da medicina preconizam a abolição de internamento hospitalar".



Almeida Lima propõe isenção no IR para incentivar tratamento doméstico

Plenário deve apreciar emenda a projeto sobre sequestro relâmpago

Aguarda apreciação pelo Plenário emenda apresentada pelos deputados ao projeto que tipifica o crime de sequestro relâmpago (PLS 54/04). Uma alteração proposta pela Câmara foi rejeitada pelos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, em reunião realizada em outubro de 2008.

Os senadores que integram o colegiado acompanharam o voto do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que preferiu manter o texto original, de autoria do então senador Rodolpho Tourinho. A proposta altera o artigo 158 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para definir de forma mais clara a prática do sequestro relâmpago, especificado como "crime cometido mediante restrição da liberdade da vítima, sendo essa condição necessária para obtenção de vantagem econômica".

Na Câmara, os deputados alteraram a redação do parágrafo

que especifica as penas previstas para a prática do crime. De acordo com Flexa Ribeiro, a emenda compromete a intenção do texto de determinar o aumento da punição para casos em que o crime resultar em lesão corporal ou morte. Ao justificar seu voto contrário, o senador também argumenta que a mudança proposta pela Câmara "gera contradição entre dispositivos penais".

– A rejeição da emenda servirá para manter a intenção de Tourinho, que é aumentar as penas no caso de sequestro com violência – destacou Flexa Ribeiro ao discutir a matéria.

O projeto original (PLS 54/04) foi aprovado pela Comissão de Justiça em 2004 e enviado à Câmara, sendo então modificado pelos deputados. Com a mais recente decisão da CCJ, de rejeitar a modificação feita pelos deputados, a matéria seguiu para decisão final do Plenário do Senado.



Tourinho é autor do projeto original, que recebeu emenda dos deputados



Intenção é aumentar penas em caso de violência, diz Flexa Ribeiro

Projeto estende o crédito educativo à pós-graduação

Proposta do senador João Tenório (PSDB-AL) estende para estudantes de pós-graduação a possibilidade de obtenção de crédito educativo. A medida substituiria em parte o sistema de bolsas de estudos concedidas a alunos de mestrado e doutorado. O projeto cria o Programa de Crédito Educativo para Alunos de Pós-Graduação com o objetivo de financiar gastos com cursos de mestrado e doutorado no Brasil ou no exterior.

O parlamentar acredita que a sistemática de financiamento da educação pública no Brasil precisa ser revista com urgência. Para João Tenório, as universidades federais beneficiam principalmente alunos oriundos das camadas mais favorecidas da população.

"Enquanto isso, os mais pobres, que pagam tanto ou mais impostos que os colegas das universidades públicas, sacrificam-se para pagar mensalidades nas instituições privadas", afirma o senador.

João Tenório considera que a situação ainda é mais grave



Objetivo de João Tenório é beneficiar os estudantes mais pobres

no âmbito dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Ele ressalta que são aplicados recursos públicos na manutenção de vagas gratuitas e na concessão de bolsas a fundo perdido a estudantes que, em muitos casos, deixam o país após a conclusão do curso ou põem seu trabalho a serviço da iniciativa privada, sem retorno direto para a sociedade.

O projeto (PLS 492/08) terá de ser votado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, depois, na CCJ, onde terá decisão terminativa.